



**ATA DA OCTOGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, de forma presencial, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, deputado João César Mattogrosso, demais deputados e deputadas. *"Ata da Octogésima Primeira Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Noventa e Nove da Octogésima Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 1.967/2023, do Ministério da Saúde; Ofícios nºs 135 e 136/2023, da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel; Ofício nº 84/2023, do Detran de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 319 a 321/2023, da Prefeitura Municipal de Fátima do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados João César Mattogrosso, Coronel David, Antonio Vaz, Lia Nogueira, Rafael Tavares, Renato Câmara, Zeca do PT, Roberto Hashioka e Junior Mochi. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lia Nogueira, João Henrique, Neno Razuk, Pedrossian Neto e Lucas de Lima. GRANDE EXPEDIENTE – Usou da palavra o deputado João Henrique. ORDEM DO DIA – Foram aprovadas, em redação final e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 5/2023, de autoria do deputado Marcio Fernandes, apensado ao Projeto de Lei nº 88/2023, de autoria do deputado Professor Rinaldo; Projeto de Lei nº 21/2023, de autoria do deputado Neno Razuk. Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 243/2023, de autoria do deputado Gerson Claro. Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 197/2023, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 75/2023, de autoria do deputado Antonio Vaz. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Pedrossian Neto, endereçada aos familiares de Antônio Marcos Pereira Boaventura; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada aos familiares de Aparecido Carlos Roberto Simões; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos familiares de Thiago Eloy de Oliveira Batista;*

*requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada ao venerável mestre Rodrigo Henrique de Almeida Antonelli, da benemérita augusta e respeitável Loja Maçônica Nova Era nº 8; e ao senhor Marcelo Ferreira Miranda, secretário de estado de Turismo, Esporte, Cultura e Cidadania, pela inauguração da arena esportiva de grama sintética, que será o centro de treinamento de futebol do time de amputados de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada às atletas sul-mato-grossenses do elenco da seleção brasileira de basquete master; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada ao pastor Marlon Nunes de Oliveira e toda sua comunidade, pela comemoração dos trinta anos da Igreja Cristã Maranata, no estado do Mato Grosso do Sul. Requerimento de moção de congratulação, de autoria da Mesa Diretora, endereçada a Carlos Eduardo Xavier Marun, João Carlos Parkinson de Castro, Antonio Ramon Ruiz, Ozório Miranda dos Santos e Heitor Miranda dos Santos, pela ousada decisão de articular e viabilizar a implementação da Rota Bioceânica; requerimentos de informações, de autoria dos deputados Lidio Lopes e Lia Nogueira. O deputado Pedro Kemp requereu o registro de seu voto contrário ao requerimento de autoria da Mesa Diretora concedendo o Diploma de Ilustre Visitante ao Excelentíssimo Senhor Michel Miguel Elias Temer Lulia; requerimento, de autoria da Mesa Diretora, concedendo o Diploma de Ilustre Visitante ao Excelentíssimo Senhor Mario Abdo Benítez; indicações, de autoria dos deputados João César Mattogrosso, Antonio Vaz, Zeca do PT, Lia Nogueira, Pedro Kemp, Mara Caseiro e Neno Razuk. O senhor presidente suspendeu a Sessão Ordinária para o uso da tribuna, para o pronunciamento do professor Fábio Ayres, para explicar acerca da importância do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, doze de setembro do ano de dois mil e vinte e três”. Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Expediente da Sessão Ordinária do dia 13 de setembro de 2023: Ofício nº 953/2023, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 3808/2023); Ofícios nºs 3.015, 3.020, 3.064/2023, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Coronel David, Professor Rinaldo e Lucas de Lima (Prot. nºs 1059, 3571, 3218/2023); Ofícios nºs 1.706, 1.708 e 1.709/2023, da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Rafael Tavares (Prot. nºs 2600, 2934, 2596, 3647/23); Carta nº 454/2023, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações do deputado Zeca do PT. Está lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Senhoras e senhores, antes de ouvirmos os oradores no Pequeno Expediente, eu gostaria de comunicar que

hoje, às 17h30min acontecerá o lançamento da Corrida dos Poderes, que envolve o Poder Executivo, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e a Defensoria Pública, para todos os servidores. Comunico que foi decidido em assembleia que o deputado João César Mattogrosso será o responsável pela largada da corrida, e que o deputado Londres Machado será encarregado de dar o tiro de largada e supervisionar a chegada. Também vamos exibir um vídeo institucional, elaborado pela TV ALEMS, como convite. Lembramos a todos que o local do lançamento, marcado inicialmente para a Concha Acústica, no Parque das Nações, poderá ser transferido para o saguão da Assembleia Legislativa, devido à previsão de chuva no final da tarde. Vamos assistir ao vídeo de chamamento da corrida. [Exibição de vídeo institucional]. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado João César Mattogrosso.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente e nobres colegas. Faço a leitura das indicações. Primeiro, indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente desta Casa de Leis ao Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), professor Laércio Alves Carvalho, solicitando estudo de viabilidade para a implantação de curso na área de Ciências Agrárias, na unidade da UEMS de Cassilândia, atendendo ao pedido do vereador Arthur Barbosa, presidente da Câmara Municipal. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à Banda Down Rítmica, da Associação Juliano Varela, única banda formada por membros com síndrome de Down no país. Com dezesseis anos de funcionamento, para ampliar a abrangência dos benefícios da musicalização, a banda abriu espaço para outras deficiências intelectuais, promovendo melhoria na socialização e inclusão. Atualmente, a banda é composta por vinte e dois integrantes. Era o que eu tinha para hoje, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado de Mato Grosso do Sul, com cópia autônoma ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de estado de Educação, e ao senhor Pedro Arlei Caravina, secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, para que o Poder Executivo estadual e seus órgãos auxiliares viabilizem um caminhão refrigerado para atender ao escoamento da produção de alimentos dos pequenos produtores do município de Corguinho. A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada diretamente a este parlamentar pelo vereador Jeffer Aparecido. A entrega de um caminhão refrigerado ajuda a contribuir para o fortalecimento das comunidades rurais, distribuindo alimentos nas escolas do município e melhorando a economia local, incentivando a produção sustentável de alimentos e promovendo a igualdade de oportunidades para os habitantes dos assentamentos. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora prefeita de Campo Grande, Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia autônoma ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Domingos Said

Neto, solicitando, com urgência, a realização do serviço de patrolamento e encascalhamento na rua Manoelita Alves da Silva, bem como obras de manutenção e conservação em todas as vias públicas no bairro Aquarius I, em Campo Grande. A principal preocupação é com a segurança dos moradores e motoristas que utilizam essa rua diariamente. As erosões criam obstáculos significativos e podem causar acidentes, especialmente em condições de baixa visibilidade durante a noite. Indico à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópia autônoma ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Domingos Sahib Neto, solicitando a instalação de um semáforo na esquina da rua Gaudiley Brum com a avenida Guaicurus, no bairro Iracy Coelho, nesta capital. A proposta visa atender à solicitação enviada diretamente ao gabinete deste parlamentar pelo senhor João Carlos. Eu gostaria de chamar a atenção para a situação dos veículos que desejam entrar na avenida Guaicurus pela rua Gaudiley Brum; o cruzamento em questão registra um alto volume de tráfego, tanto de veículos quanto de pedestres, especialmente durante os horários de pico. A presença de um semáforo permitirá uma organização adequada do fluxo, evitando congestionamentos e proporcionando mais segurança aos pedestres que atravessam a via. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Professor Rinaldo. Comunico aos deputados que o sistema de biometria já está em teste. Todos estão realizando o cadastro biométrico para o Pequeno Expediente e para o Grande Expediente. O sistema também está disponível.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, senhor presidente. Cumprimento toda a Mesa Diretora pela inclusão do sistema de biometria. Tenho certeza de que facilitará para que toda a população acompanhe em tempo real a participação de todos nós. Cumprimento todos os presentes no Plenário e os colegas deputados. Senhor Presidente, eu gostaria de encaminhar uma indicação à prefeita de Campo Grande, com cópia ao senhor Janine de Lima Bruno, atendendo à solicitação da comunidade que chegou ao nosso gabinete. Além disso, encaminho uma moção de aplauso, observando as disposições regimentais, após ouvir o colendo Plenário, à senhora Delasnive Miranda Daspert de Souza, Embaixadora da Paz Sul-Mato-Grossense, em razão de sua escolha para promover um evento internacional no Memorial da América Latina. A moção, senhor presidente, deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante dos anseios da sociedade, aplaude Delasnive Miranda Daspert de Souza, Embaixadora da Paz Sul-Mato-Grossense, pela realização da oitava edição do Congresso Internacional de Literatura pela Paz, em parceria com o Fórum Internacional de Literatura. Esse evento será realizado pela primeira vez em nosso país, nos dias 3 a 16 de setembro de 2023, no Auditório Simão Bolívar e no Anexo dos Congressistas, em São Paulo. Serão quatro dias de atividades que reunirão ativistas da paz, poetas, escritores, artistas visuais, atores e músicos, com o objetivo de analisar e difundir a cultura da paz, elaborando políticas públicas e sociais que poderão ser aplicadas em todo o mundo. É oportuno registrar, senhor presidente, que a cidadã de Porto Murtinho desenvolve um trabalho incansável há anos para incentivar a divulgação de Mato Grosso do Sul e enriquecer nossa cultura. Plenário, Deputado Júlio Maia, 3 de setembro de 2023". Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Senhor presidente, eu gostaria apenas de apresentar uma moção de congratulação ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, pela inauguração do Hospital Veterinário de Animais Silvestres. Era só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Bom dia, presidente e nobres pares. Eu gostaria de fazer uma indicação ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo, solicitando a elaboração de um projeto executivo para saber qual será o investimento na obra de pavimentação da rodovia MS-270. Deverá ser feito o levantamento de quantas obras de arte existem no trajeto da via que compreende aproximadamente quarenta quilômetros, ligando a cidade de Itaporã até a região conhecida como Placa do Abadio. Requeiro ainda a realização de contagem numérica de veículos que transitam pela via, bem como a constatação da qualidade dos silos e armazéns, para que se possa apurar a produção da região e, desta forma, manter um debate amplo com a população local para se chegar ao melhor projeto e execução, atendendo aos interesses dos municípios e ao estado de Mato Grosso do Sul. A outra indicação, senhor presidente, é endereçada ao diretor-presidente da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (Sanesul), senhor Renato Marcílio da Silva, solicitando que seja realizada a implantação da rede de esgoto e interligações de ramais de água nos bairros Jardim Morumbi e Souza Bueno, ambos no município de Aparecida do Taboado. Faço essa indicação, senhor presidente, atendendo ao pedido do prefeito José Nathan, de Aparecida do Taboado. Somente isso, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, quero apresentar uma moção de pesar aos familiares do Weverson, em razão do seu falecimento ocorrido no dia 11 de setembro. Weverson, bebê indígena de apenas dois anos de idade, fazia parte da comunidade Aldeia Água Branca, localizada no município de Aquidauana. Criança de sorriso fácil, por onde passava contagiava a todos com sua alegria. Os atos de carinho de seus pais registravam todo o cuidado e amor que Weverson recebeu durante seus dois anos de vida. Sua passagem prematura deixou sentimento de dor e tristeza em todos que tiveram a oportunidade de conhecê-lo. Esta Casa de Leis expressa sua solidariedade, neste momento de profunda tristeza, aos familiares de Weverson, rogando a Deus o conforto e a proteção de todos os enlutados. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, com certeza, a grande maioria dos deputados desta Casa tem relação ou relações próximas com um grande número de prefeitos dos nossos municípios. E é exatamente por essa razão que eu trago nesta manhã de quarta-feira uma grande notícia. O presidente Lula acaba de anunciar que encaminhou hoje para o Congresso Nacional uma medida provisória destinando dez bilhões de reais para que nenhuma prefeitura receba quantia menor do que a recebida no ano passado do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Tenho certeza de que isso é um grande alento aos prefeitos e às prefeitas dos nossos municípios. Portanto, é com enorme satisfação, senhor presidente, que eu faço esse comunicado para registrar nos anais desta Casa que estou absolutamente convencido de que estamos no rumo certo com o nosso Brasil. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero complementar a fala de Vossa Excelência. Nos dias 3 e 4 de outubro, no Palácio Popular da Cultura, haverá um congresso promovido pela Assomasul. Estarão presentes: nós da Assembleia Legislativa, o governo e as Câmaras Municipais. Um dos temas em discussão será a situação financeira dos municípios. Além disso, haverá um movimento nacional em Brasília pela Associação Mineira e pela Confederação Nacional dos Municípios. Portanto, a fala de Vossa Excelência é um grande conforto para os prefeitos que enfrentam dificuldades financeiras.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Nós percebemos as grandes dificuldades. O deputado Coronel David estava conversando, e não percebeu. Eu disse, deputado Coronel David, que o presidente Lula encaminhou hoje uma medida provisória ao Congresso Nacional, destinando dez bilhões de reais para garantir que nenhuma prefeitura do Brasil receba valor menor de FPM em relação ao do ano passado. Estou completamente convencido disso e repito: o Brasil está no rumo certo. Agora, senhor presidente, vou ler minhas indicações. Indico ao governador do estado, Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, Hélio Peluffo, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja, que seja realizado um estudo técnico para a estadualização do trecho de quarenta e cinco quilômetros da estrada intermunicipal que liga o distrito Nova Itamarati, no município de Ponta Porã, até o distrito de Itahum, no município de Dourados. Além disso, solicito projeto executivo para a pavimentação asfáltica dessa estrada. É importante mencionar, senhor presidente, que ao conversar ontem com o governador Eduardo Riedel, mais uma vez ele demonstrou grande entusiasmo por essa ideia de asfaltar as rodovias para interligar as cidades, atendendo também aos projetos da agricultura familiar, aos assentamentos e às comunidades indígenas e quilombolas. Também apresento uma moção de congratulação ao governador do estado, Eduardo Riedel, e ao diretor-presidente da Agraer, Washington Willeman de Souza, bem como a toda sua equipe técnica, pelo significativo trabalho na concepção e encaminhamento do projeto que levou à aprovação do primeiro Pronaf destinado à agricultura familiar indígena no Brasil. Esse financiamento foi concedido pelo Banco do Brasil a uma família da Aldeia Brejão, localizada no município de Nioaque. O projeto aprovado resultará no aumento efetivo da renda da família indígena beneficiada e, conseqüentemente, beneficiará toda a região de Nioaque. Além disso, estendo a moção de congratulação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao ministro do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, e à presidente do Banco do Brasil,

senhora Taciana Medeiros, pela rapidez na liberação do financiamento. Deputado Zé Teixeira, eu gostaria de informar que ontem foi liberado o primeiro Pronaf às famílias indígenas. Uma família indígena de Nioaque retirou do Banco do Brasil, pelo Pronaf Grupo A, quarenta e cinco mil reais para comprar um trator pequeno para sua produção. E sabe qual é a taxa de juros? A taxa é 0,5% ao ano, com dez anos para pagar e três anos de carência. Além disso, a avalista no Pronaf Grupo A é a própria União. Um detalhe importante: se a família pagar em dia, terá um desconto de 40%. Este é o governo do PT, da frente ampla da democracia. O Brasil está no rumo certo.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente. Meu querido ex-governador Zeca do PT...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — ...vou fazer um cálculo em dois segundos. No ano passado, o estado de Mato Grosso do Sul eliminou o incentivo fiscal, ou seja, os 67% que eram deduzidos dos 100% pagos de ICMS, resultando numa diferença de 33%, foram abolidos pelo Confaz, e agora representam 12%. O preço do boi caiu para trezentos reais, o da soja para duzentos reais e o do milho para cem reais. A arrecadação aumentou 30% no ano passado, e os estados se beneficiaram disso. Fazendo os cálculos, este ano, devido à queda de 16% nos preços do boi e da soja, a arrecadação também caiu, mas ainda está acima do ano anterior. O Fundo de Participação dos Municípios do governo federal vai aumentar 16% este ano. Você pode fazer as contas. Portanto, não será necessário dinheiro de ninguém. Se o governo federal quiser ajudar, vai mandar um dinheiro extra. Se você pegar dez bilhões de reais e dividir entre cinco mil e trezentos municípios, cada município receberá um milhão e oitocentos mil. Isso, dividido por doze meses, equivale a cento e cinquenta mil por mês e tem municípios que sofrerão perdas maiores, então não será uma distribuição igualitária para todos. Mas com o aumento de 16%, não será necessário fazer repasses. Então os dez bilhões serão usados para realizar obras, melhorar a saúde e a educação, o que é muito importante. Obrigado, senhor presidente.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Só para complementar a informação do deputado Zé Teixeira, que é conhecedor desse assunto. Baixou a carne, baixou a soja, e mais importante, baixou o custo de vida. O povo está comendo carne, arroz e feijão, que no governo passado não comia. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Presidente, eu agradeço pela possibilidade que o senhor me dá de apresentar um requerimento endereçado à prefeita de Campo Grande, Adriane Barbosa Nogueira Lopes, para que ela envie a esta Casa informações e documentos referentes aos aditivos firmados em contrato existentes com as empresas MS Brasil Comércio e Serviços, Engenex Construções e Serviços e André L. dos Santos Ltda., uma vez que as citadas empreiteiras e seus proprietários têm sido alvo de investigação pelo Ministério Público Estadual. Requeiro ainda informações se há processo licitatório para substituição das empresas investigadas e, em não existindo, por qual razão ainda não foi realizado. Senhor presidente, hoje a imprensa estadual traz uma série de informações sobre esses assuntos que eu relato neste requerimento, cabendo a esta Casa Legislativa a fiscalização dos recursos públicos oriundos dos bolsos dos cidadãos. É por isso que eu solicito estas informações à prefeita de Campo Grande. Somente isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: três indicações (Prot. nºs 04738/2023, 04735/2023, 04736/2023); um projeto de lei (Prot. nº 04710/2023); uma moção de aplauso (Prot. nº 04711/2023). De autoria do deputado Coronel David: três indicações (Prot. nºs 04738/2023, 04735/2023, 04736/2023); um projeto de lei (Prot. nº 04710/2023); uma moção de aplauso (Prot. nº 04711/2023). De autoria do deputado João Henrique: dois projetos de lei (Prot. nºs 04693/2023, 04694/2023). De autoria do deputado João César Mattogrosso: duas indicações (Prot. nºs 04698/2023, 04699/2023); duas moções de congratulação (Prot. nºs 04696/2023, 04697/2023). De autoria da deputada Lia Nogueira: cinco indicações (Prot. nºs 04723/2023, 04722/2023, 04721/2023, 04719/2023, 04720/2023). De autoria do deputado Lucas de Lima: seis indicações (Prot. nºs 04718/2023, 04717/2023, 04715/2023, 04716/2023, 04732/2023, 04690/2023); um requerimento (Prot. nº 04692/2023). De autoria do deputado Marcio Fernandes: quatro indicações (Prot. nºs 04684/2023, 04685/2023, 04687/2023, 04688/2023); quatro moções de congratulação (Prot. nºs 04706/2023, 04707/2023, 04708/2023, 04714/2023). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma moção de pesar (Prot. nº 04727/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: vinte e seis indicações (Prot. nºs 04754/2023, 04753/2023, 04752/2023, 04748/2023, 04747/2023, 04749/2023, 04745/2023, 04746/2023, 04744/2023, 04743/2023, 04741/2023, 04742/2023, 04733/2023, 04731/2023, 04724/2023, 04712/2023, 04713/2023, 04704/2023, 04702/2023, 04701/2023, 04705/2023, 04703/2023, 04737/2023, 04734/2023, 04739/2023, 04740/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 04700/2023). De autoria do deputado Renato Câmara: duas indicações (Prot. nºs 04750/2023, 04751/2023). De autoria do deputado Zeca do PT: três indicações (Prot. nºs 04689/2023, 04691/2023, 04728/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 04729/2023).). Ficou clara para nós a sua conta, deputado.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Pela ordem, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Londres Machado.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Senhor presidente, Vossa Excelência nomeou a comissão para tratar de um problema que já foi praticamente resolvido entre o governo do estado e a diretoria da Cassems. Nós já votamos a lei, e já está resolvido. No entanto, Vossa Excelência encaminhou pedido de informações. E o presidente da Cassems, dentro da transparência que ele permite que haja, respondeu globalmente aos pedidos dos deputados João Henrique, Rafael Tavares, Coronel David e da deputada Gleice Jane. Está tudo nesse pacote aqui, e nós vamos encaminhar a Vossa Excelência e aos membros da comissão, que são os deputados Pedro Kemp, Coronel David, Roberto Hashioka e a deputada Lia Nogueira. Nós vamos entregar a esses deputados um pen drive que nossa assessoria fez para cada um. Eu gostaria de dizer a Vossa Excelência que agora encerramos o nosso trabalho. Nosso trabalho está encerrado. Qualquer requerimento que entrar aqui, Vossa Excelência poderá encaminhar para a CCJR, para ver se cria uma jurisprudência, para verificar se temos competência para fiscalizar uma entidade privada. Acho que isso é interessante, porque aqui há pedidos feitos por deputados, nos últimos cinco anos, de muitos contratos; então tem que encher uma carreta para trazer. É impossível. Outros pedidos que foram feitos têm caráter confidencial, sigiloso, portanto, não podemos mantê-los conosco; mas o que foi possível, nós fizemos. Ontem à tarde, eu recebi no meu gabinete o presidente da Cassems, doutor Ayache, que fez a entrega. Então estou entregando os pedidos e, com isso, encerra-se a nossa comissão. Daqui a quatro meses, por sugestão do próprio presidente da Cassems, vamos voltar a nos reunir com ele e com os membros da comissão para fazer um novo diagnóstico sobre tudo o que acontecer, visto que a situação é grave em todas as entidades de planos de saúde. Em 2022, a dívida dos hospitais particulares era de dois bilhões de reais e a fatura era paga a cada sessenta dias. Este ano, até agora, a dívida dos planos de saúde e dos hospitais particulares é de quatro bilhões de reais. Estamos realmente enfrentando um problema difícil, e a fatura está sendo paga com cento e vinte dias. Quero agradecer a Vossa Excelência pela honra de, em nome da comissão, ter sido designado. Hoje o governo sancionou a lei que já está em vigor, então passo a Vossa Excelência para os devidos fins. Estou encaminhando o pen drive ao gabinete. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Esta Presidência recebe a documentação e fará o devido encaminhamento, bem como acatará a sugestão de Vossa Excelência. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição no Grande Expediente, com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Lucas de Lima. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa. Transferida. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. O senhor é gentil, deputado; ontem cedeu a palavra, e agora ficou por último. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos, nobre deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente e colegas parlamentares, ontem recebemos, através do WhatsApp do colega deputado Pedro Kemp, o contrato da empresa Suda Odonto, bem como seu aditivo. Já estamos analisando, pois este foi o primeiro documento que recebemos referente à Cassems. Antes de explicar minhas primeiras impressões sobre esse documento, quero, aqui, deputado Londres Machado - com toda a vênia e respeito que me cabe à sua pessoa e à sua história política - dizer que há muito tempo saímos da era dos papéis. Este parlamentar foi quem fez os pedidos e requerimentos pertinentes dos últimos cinco anos, porque o rombo e aos valores pelos quais a Cassems pede socorro, não são recentes; e precisamos entender a origem. Deputado Londres Machado, nós não precisamos de uma carreta para transportar esses contratos e papéis, mas sim de um pequeno chip, onde cabe toda a história da Cassems, se o presidente quiser nos fornecer. Assim, cada um poderá inserir esse chip em seu computador e, se desejar, poderá imprimir. Não é necessária uma carreta para transportar papéis. Vossa Excelência mencionou alguns documentos confidenciais que ainda desconhecemos, mas que Vossa Excelência teve a oportunidade de conhecer. Eu toco nesse assunto, senhor presidente, porque acredito que uma instabilidade no sistema de informática da Cassems não levaria o seu presidente até a central de T.I às 2h24min da madrugada, se a preocupação fosse com informações não confidenciais. Então eu indago: quais informações uma associação civil sem fins lucrativos, de caráter benevolente e beneficente, pode considerar confidenciais? O que motivou um hacker a invadir o sistema da Cassems na véspera de entregar todas as informações que estes parlamentares solicitaram? Confidencialidade. Acordos de confidencialidade chegaram a esta Casa por meio de denúncias. Na reunião que tivemos com a diretoria atual da Cassems, deputado Rafael Tavares, jamais foi mencionada a palavra "confidencial". Nunca! A palavra foi transparência, coragem e ausência de medo. "Responderemos a todos e quaisquer pedidos!" Agora, a impressão dos contratos, do peso do papel, preocupa. Mas o arquivo digital é leve; eu ponho aqui no bolso. Confidencialidade e sigilo com relação a quê? O que a diretoria da Cassems tem a esconder? É algo intrigante. Mas, voltando a falar sobre o contrato, digo que o único contrato ao qual tivemos acesso é o que estamos estudando. Eu quero fazer um comparativo: deputado Rafael Tavares, Vossa Excelência sabe o que é isso aqui? Isso é uma autorização para transferência de propriedade de veículo. Quando se faz um contrato de compra e venda de um veículo, por exemplo, o "Seu Zé", lá do Guanandi, vai transferir um veículo no valor de dez mil reais. Então qual é o instrumento para dar publicidade, legalidade e reconhecimento a esse ato jurídico feito pelo "Seu Zé" do Guanandi? Ele precisa comparecer a um cartório. Eu tenho certeza de que o presidente da Cassems sabe o que é um cartório, e a importância que ele tem. E, ao comparecer a esse serviço notarial, precisa pagar ao estado de Mato Grosso do Sul o valor de onze reais e dez centavos para obter o selo digital neste documento. Esse selo digital, que custa onze reais, confirma que o contrato foi assinado naquela data pelas pessoas e signatários que ali firmaram esse documento. Sendo assim, deputado Rafael Tavares, é possível que Vossa Excelência, supostamente na condição de diretor-presidente de uma entidade que tem o dever de prestação de contas, assine um de seus contratos como este que está sendo discutido? Estamos falando de um contrato contestado. As denúncias falaram sobre um contrato de 1,4 bilhão de reais; mas aparece um contrato de dez anos totalizando trezentos e poucos milhões de reais. Deputado Rafael Tavares, Vossa Excelência, na condição de diretor-presidente da Cassems, não pediria para ter esse

selo do estado, no valor de onze reais para comprovar que assinou efetivamente o contrato naquela data? As testemunhas signatárias do contrato não apresentam documento de identificação, como CPF ou RG, nem o nome. Não tem como saber se aquilo foi realmente assinado naquela data do contrato. E mais: isso demonstra que todos os contratos da entidade foram realizados sem o reconhecimento de firma. Isso implica que não há nenhum instrumento público formal, semelhante ao que é exigido do "Seu Zé", do Guanandi; nem mesmo um documento de identidade. Isso sugere que pode haver vários documentos, e essas modificações podem desaparecer do sistema em um ataque hacker. Deputado Lidio Lopes, o ato mais importante é o de salvar vidas, com uma vaga que surge no meio da madrugada, com pessoas nos ligando e pedindo socorro ou transferência, enfim, mas eu nunca ouvi falar de uma diretoria atendendo telefonema às 2h da manhã para verificar se houve instabilidade técnica na sua rede mundial de computadores. Aqui na nossa Casa não deveria ser diferente, pois todos os documentos são públicos.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Permite-me um aparte, deputado. Eu passei a presidência para o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Permito. Concedo um aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Deputado, a mim causa constrangimento a afirmação de Vossa Excelência. Fico preocupado quando Vossa Excelência começa a exigir o reconhecimento de firma em contratos, especialmente no contexto da Cassems, que é uma empresa privada. Devemos focar no poder público. Temos leis sancionadas que dispensam o reconhecimento de firma e autenticação de documentos. Essa prática é antiquada, um resquício do período imperial, deputado. A presunção de legalidade é uma questão constitucional, portanto, trazer para esta Casa o fato de um contrato não ter reconhecimento de firma, como se fosse uma denúncia, é constrangedor. Qual contrato de prestação de serviço de uma prefeitura ou outro órgão público, como a Assembleia Legislativa, ou órgão público do governo Bolsonaro, para ser efetivado, foi no cartório para reconhecer firma nestes tempos de diminuição de burocracia? Há presunção de legalidade dos atos... Vossa Excelência traz para esta Casa a ideia de que nós vamos exigir reconhecimento de firma em contrato? Peço desculpas, deputado, mas eu tenho que fazer esse alerta, dizendo que existe lei aqui no estado que dispensa esse ato.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Concedo o aparte ao deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Bom dia a todos. Primeiramente quero parabenizar o colega deputado João Henrique pelos questionamentos, pois nossa função como deputados é realmente representar o servidor público que está com dúvidas com relação à Cassems. Eu vi essa pilha de documentos apresentados pelo colega deputado Londres Machado, e vou analisá-la a fundo. No entanto, ficou muito estranha essa situação que eu vi hoje de manhã: um ataque hacker no dia da apresentação dos documentos aqui na Assembleia Legislativa, que surpreendeu a todos, afetando o sistema da Cassems. Então, é mais uma dúvida

que surge. Claro que não quero fazer aqui um pré-julgamento, mas as coincidências que aparecem trazem mais dúvidas na cabeça dos servidores que tiveram aumento no valor do plano para cobrir um rombo, sem saber para onde foi o dinheiro que o governo do estado aportou na Cassems. Faço até uma pergunta aos empresários que nos assistem: qual empresa privada aqui em Mato Grosso do Sul recebe aporte do governo do estado? Nunca vi algo assim. Portanto, ficam aqui os nossos questionamentos. Vamos analisar a fundo a documentação enviada pela Cassems. Fica também o nosso questionamento sobre essa situação da invasão hacker na madrugada de hoje; mais uma dúvida que fica na nossa cabeça. Obrigado pelo aparte, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Respondendo ao deputado Gerson Claro, aproveito a fala do deputado Rafael Tavares para mencionar que, quando convém, a Cassems é relacionada e comparada a uma empresa privada. Mas quando há bônus e ônus de advertência por ser semelhante a um órgão público, partícipe da administração pública, é impossibilitada. Presidente deputado Gerson Claro, Vossa Excelência destacou um ponto: eu sou favorável à diminuição de burocracia no estado. Eu gostaria que os contribuintes não pagassem os emolumentos extorsivos que o estado de Mato Grosso do Sul cobra por cada ato. Eu gostaria de ver uma dispensa, uma diminuição no valor das escrituras, dos fundos inseridos sobre os emolumentos cartorários. Mas nós estamos falando de um instrumento de onze reais para reconhecimento de firma, que é exigido do cidadão que mora no Guanandi, nas Moreninhas e no Aero Rancho para assinar um contrato de locação e trocar a titularidade dele perante a Sanesul, perante a Águas Guariroba, perante a Energisa. Por que eles exigem isso? Porque é o que dá segurança, deputado Gerson Claro. O selo de autenticidade, por si só, não pode ser usado de maneira isolada, mas nós temos que contextualizar. Nós temos uma decisão da Agência Nacional de Saúde Suplementar dizendo que nesse contrato havia graves prejuízos à ordem econômica e indícios de que sequer seriam continuados. Foi a agência que apontou isso. Essa empresa ficou impedida de comercializar planos durante oito meses. A pergunta que eu faço é: a Cassems deu continuidade nesse período de suspensão? Quantas pessoas aderiram a esse plano odontológico durante o período de impossibilidade?! Nós estamos aqui investigando.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Permite-me um aparte, deputado?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Um minuto, deputado Zé Teixeira, para concluir meu raciocínio. Estamos investigando o contexto de uma situação gravosa e danosa apontada pela única agência que fiscaliza esse tipo de contrato. Então, quando você analisa todo o contexto, surgem denúncias de valores divergentes e aparece um contrato sem o reconhecimento de firma, que é o que atesta uma assinatura dizendo que ela é válida para aquela data. Então, o que podemos dizer é que nós não temos essa certeza. Além disso, quando ocorre um ataque hacker que leva a diretoria para dentro da Cassems às 2h da manhã, preocupada com informações sigilosas e confidenciais, deputado Gerson Claro, com todo o respeito e a devida vênia que me cabe a Vossa Excelência, essas informações confidenciais nos obrigam a realizar esse tipo de investigação, a fim de esclarecer qualquer suspeita e denúncia vindas do próprio servidor para este parlamentar. Tenho certeza de que todos os parlamentares aqui têm recebido cobranças e denúncias de vários contratos. Não pode

haver nenhum contrato sigiloso dentro da Cassems. Aí questionam se eu estou errado de exigir um selinho de onze reais que exigem do "seu Zé do Guanandi" para transferir um Fusca 1990! Deputado Zé Teixeira, concedo um aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputado João Henrique, Vossa Excelência está tratando de um assunto muito importante: a Cassems. Concordo plenamente. O sigilo por si só já levanta suspeitas, como Vossa Excelência apontou. Além disso, há outros pontos que estou totalmente de acordo com você. Primeiro, é o reconhecimento de firma. O valor de onze reais não significa nada. O problema principal do cartório é o fato do cidadão sair do Guanandi e ter que ir pessoalmente até o cartório, e ter o cartão com três assinaturas para transferir o carro e pagar os onze reais. Se ele não estiver presente, a assinatura não é reconhecida; então o próprio cartório desconfia da assinatura do emitente do contrato. Outro ponto em que Vossa Excelência tocou e que tem todo o meu apoio são as taxas cartorárias e os fundos. Isso tem ocorrido em muitos lugares. Inclusive a Assembleia Legislativa de São Paulo, na semana passada, foi criticada por ter elevado as custas cartorárias, que não são nem 50% do valor aqui do estado. Uma outra questão que reforça o seu argumento, que é excelente, é a emissão da segunda via da carteira de identidade. Se você perde a carteira de identidade num acidente ou incêndio, a Secretaria de Estado de Segurança Pública tem todos os seus dados, mas você tem que apresentar todos seus documentos novamente. Você está solicitando a segunda via de um documento que eles têm arquivado, que é a nossa identidade, então não deveria haver necessidade de apresentar toda a documentação novamente. Então há várias questões que você mencionou com as quais concordo plenamente.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Deputado Zé Teixeira, concordo com Vossa Excelência e incorporo as suas palavras ao nosso discurso. Além disso, quero dizer que a modalidade de reconhecimento de firma, que Vossa Excelência citou, eu conheço bem, pois trabalhei no Cartório do 7º Ofício desde os meus quatorze anos. Essa modalidade se refere à autenticidade por verdadeira ou por autenticidade. Ou seja, para transferir um veículo ou dar validade a um contrato particular de compra e venda, mesmo que seja um Fusca de dez mil reais, ele precisa comparecer ao cartório, entregar seu documento de identidade e tirar uma foto do documento no dia em que ele compareceu ao cartório para reconhecimento de firma. Agora, eu gostaria de dizer algo a todos os empresários de Mato Grosso do Sul que assinam contratos importantes, e a você também, que realiza o sonho da casa própria, comprando-a meio de contrato particular: pegue esse contrato, deixe de reconhecer firma, e leve esse contrato a qualquer órgão público ou a pessoa sem o reconhecimento de firma, e vejam se ele é aceito. Façam esse teste! Assim vão responder à pergunta deste deputado: por qual motivo assinar um contrato de mais de trezentos milhões de reais, alegando que foi assinado em 31 de maio, mas sem o devido reconhecimento de firma? Para concluir, deputado Neno Razuk e deputado Lucas de Lima, é importante que acabemos com esse discurso de que os planos de saúde e operadoras de saúde estiveram em dificuldade e que registraram déficits em seus balancetes. A Agência Nacional de Saúde divulgou os dados econômico-financeiros do primeiro trimestre de 2023. As informações financeiras enviadas pelas operadoras de planos de saúde, médicos e odontológicos, mostram que esse setor registrou um lucro líquido de um bilhão de reais. É pouco?! Concedo também um aparte ao ilustre deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Deputado João Henrique, acho que Vossa Excelência está confundindo os servidores públicos, trazendo informações de que um contrato assinado em uma empresa privada precisa de reconhecimento de firma no cartório; o que não é verdade, até porque hoje existe assinatura digital. Além disso, como o deputado Gerson Claro acabou de mencionar, há uma lei no estado que dispensa o reconhecimento de firma em contratos celebrados, por exemplo, nos órgãos públicos. Essa informação mais confunde do que esclarece, especialmente os servidores públicos, beneficiários da Cassems. Ela cria dúvidas, e as pessoas acabam desconfiando. Outro ponto importante sobre o ataque hacker é que antes do ataque ocorrer, o presidente da Cassems já havia entregue os documentos ao deputado Londres Machado. Fiquei sabendo que foram entregues ontem no final da tarde. Eu estava saindo do estacionamento quando vi o presidente da Cassems chegando ao gabinete do deputado Londres Machado. Portanto, não houve prejuízo na resposta que a Cassems enviou à Assembleia Legislativa. Então, é crucial destacar que os bancos de dados na Cassems estão preservados. Quanto à confidencialidade e ao sigilo de alguns documentos, é importante observar que apenas os contratos empresariais, por proteção de mercado, pelo princípio da livre iniciativa — previsto na Constituição Federal — é que não podem ser revelados, sob pena de configurar que o estado estaria querendo intervir, e acabar quebrando empresas em atuação. Isso é previsto na Constituição, que no seu artigo 5º, inciso XVIII, afirma que "a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento". Portanto, no que se refere a verbas públicas, está sendo aberto. No que se refere a um aporte, por exemplo, de sessenta milhões de reais do governo do estado, será prestado contas a esta Casa, conforme aprovado na lei que foi votada. Assim, as verbas públicas terão prestação de contas para a Assembleia Legislativa, como aprovamos aqui. Agora, aquilo que diz respeito à proteção de dados, para evitar interferência indevida e para proteção da livre iniciativa, conforme previsto na Constituição, não pode ser revelado. Acredito que nossa comissão atendeu às expectativas dos servidores e fez seu trabalho. O que será disponibilizado para esta Casa é apenas o que pode ser publicizado; e aquilo que não pode ser publicizado estará de acordo com as regras do mercado e a proteção da livre iniciativa. Nós vamos fiscalizar os recursos públicos destinados à Cassems para enfrentar este momento de dificuldade financeira que ela está passando. Além disso, eu gostaria de destacar que não é necessário o reconhecimento de firma das assinaturas dos contratos de nenhuma empresa. O deputado Rafael Tavares perguntou: "Qual empresa recebe recurso público?" A Santa Casa, por exemplo, é uma empresa privada que também recebe.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Agradeço.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Acho que não devemos confundir ainda mais as pessoas.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, deputado Pedro Kemp. Mas essa interferência que Vossa Excelência menciona, dizendo que o estado pode querer quebrar ao intervir nas empresas, não procede. Pelo contrário, o estado quer ajudar a evitar que as empresas quebrem. A prova disso é que o estado de Mato Grosso do Sul enviou sessenta milhões de reais para evitar que a Cassems quebrassem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Apenas para alertar, Vossa Excelência dispõe de dois minutos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Obrigado, presidente. Estamos, de fato, ajudando, deputado Pedro Kemp. Em momento algum eu disse que, para dar validade ou legalidade ao contrato, há exigência formal de reconhecimento de firma. Hoje nós vamos votar uma lei de compliance; uma lei do ex-deputado Capitão Contar, que foi modificada em alguns aspectos, e vou abordar isso na hora adequada. O compliance determina que você tenha autenticidade na data em que o documento foi assinado. Deputado Pedro Kemp, não quer ir ao cartório? Então faça um certificado digital de contrato para assinar eletronicamente naquele momento, da mesma forma que eu assino digitalmente uma proposição nesta Casa. O certificado contém a data, a hora e o código de barras do certificado, além do selo. Não é necessário gastar um real. Não é burocracia; é compliance. É a garantia de que o instrumento existiu e foi assinado eletronicamente por aquelas pessoas naquela data. Esse instrumento está presente nos contratos da Cassems? Não. Mas para gastar milhões de reais em um data center, com garantias de segurança mundialmente reconhecidas, pode ser feito. Então precisamos implementar essas garantias nos contratos, também. Isso é uma forma de trazer verdadeiro compliance, segurança e certeza. Obrigado, presidente. Era isso que eu queria dizer.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Gostaríamos de registrar mais uma vez que recebemos hoje, durante a Sessão, a senhora Monica Riedel, primeira-dama do estado de Mato Grosso do Sul, e a equipe responsável pela organização da corrida. A cerimônia para o lançamento da corrida foi transferida para o saguão da Assembleia, às 17h30min. O deputado Londres Machado dará a largada na corrida. Serão modalidades de cinco e dez quilômetros; os participantes já estão se preparando. Deputada Lia Nogueira, eu tenho acompanhado diariamente os preparativos. Agora vamos registrar e agradecer a presença do senhor Averaldo Barbosa da Costa, vereador do município de Costa Rica; do Senhor Osmar Ajara Costa, vereador do município de Bodoquena; do senhor Jefferson Lopes, conhecido como Jefinho, do município de Itaquiraí; e do senhor Edmar Pires da Silva, popularmente conhecido como “Dólar”, do município de Paranaíba. Muito obrigado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo, presidente da Comissão de Educação.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, eu gostaria apenas de registrar, com grande tristeza, o ocorrido em Corumbá ontem. O teto de uma escola desabou, resultando na trágica morte de um aluno de apenas sete anos de idade, Matheus Souza Marques. Neste momento difícil que nosso país enfrenta, especialmente na Região Sul — onde até ontem foram contabilizadas quarenta e sete mortes e ainda há nove pessoas desaparecidas — existe previsão de mais chuvas para os próximos dias. Quero expressar nossa solidariedade e cumprimentar o governador

Eduardo Riedel, que ontem vi em um vídeo manifestando solidariedade ao prefeito Marcelo lunes. Neste momento, mais do que nunca, é fundamental priorizar a solidariedade. Para sermos solidários, devemos praticar a empatia, portanto, senhor presidente, eu gostaria de apresentar uma moção de pesar aos familiares de Matheus Souza Marques e expressar minha solidariedade não apenas à população da Região Sul, mas especialmente à nossa querida Corumbá. Era isso que eu tinha a dizer, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Fica registrado também, em nome da Casa, nossos pêsames e sentimentos à família. Vossa Excelência poderá nos representar com a moção, e estender nossas condolências a toda a população de Corumbá. Também queremos expressar nossa solidariedade à população do Rio Grande do Sul. Além disso, eu gostaria de mencionar o alerta emitido pela Energisa e outras empresas sobre o super El Niño. Teremos muitas chuvas neste mês de setembro, além de ventos fortes. Todos os prefeitos e entidades estão se organizando para lidar com essa situação. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Projeto de Decreto Legislativo nº 022/2023. Autora: Mesa Diretora. "Após acordo de lideranças, foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Redação a 'prorrogação do estado de calamidade pública no município de Ivinhema'". Este decreto teve urgência solicitada pelo deputado Zé Teixeira, e já foi votado na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Decreto Legislativo nº 022/2023, de autoria da Mesa Diretora.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique? Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim, de acordo com meu parecer, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Declaração de voto do deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Não votei contra nenhum projeto relacionado a situações de calamidade pública. Durante o período de pandemia, os municípios enfrentaram diversos problemas. Eles têm Câmaras Municipais e Ministério Público para fiscalizar essas questões. Quando um município solicita decreto de estado de calamidade pública, é porque está ciente das dificuldades que enfrenta e das medidas que precisam ser tomadas para sua restauração e que, após a aprovação, existe um regramento para a condução de toda a situação. Portanto, voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto? E como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares? E como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, eu vou votar, com toda a certeza, pela prorrogação desse convênio, porque ele não tem nada a ver com a pandemia, mas é uma erosão em Ivinhema, próxima ao cemitério; e houve um contratempo no projeto que está sendo reformulado, por isso está sendo prorrogado. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim. Conheço a situação do município, e a erosão está se aproximando do cemitério da cidade, portanto, voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Presidente, eu sempre tive muito cuidado ao reconhecer estados de calamidade, e minha opinião é conhecida. Neste caso de Ivinhema, foi apresentado o relatório da Defesa Civil junto ao pedido, e o problema específico é conhecido. Apesar de certo receio, vou votar a favor. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Quero comunicar aos senhores deputados que amanhã faremos o teste final com a inserção de todos os microfones, do sistema de votação e com a biometria; e teremos que resolver a questão da declaração de votos e outras questões, portanto, amanhã a computação de votos já estará no novo sistema da Casa. Item 2. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 174/2023. Autor: Poder Executivo. "Estabelece a obrigatoriedade de implantação do Programa de Integridade às pessoas jurídicas de direito privado que celebrarem contratos de obras, serviços e fornecimento com a administração direta, autarquias e fundações do Poder Executivo estadual, e adota outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e às Emendas Modificativas 01 e 04, à Emenda Supressiva 02 e às Emendas Aditivas 03 e 05, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 174/2023, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a Deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Declaração de voto. Quero apenas reconhecer que esse projeto é muito semelhante em palavras, texto e intenção a um projeto apresentado pelo ex-deputado Capitão Contar, e recebeu o número 25/2021 em nossa Casa. No entanto, ele permaneceu na CCJR e não avançou. Em 2021, estávamos em uma pandemia... Houve algumas modificações sensíveis no projeto, como o parágrafo 2º do artigo 3º, que afirma que as empresas mencionadas no parágrafo 1º devem demonstrar idoneidade ao contratar com a administração, comprovando que não foram condenadas em ações relacionadas à participação em contratos públicos. Isso é compliance. Não poderíamos ter retirado esse artigo; "e que essas mesmas empresas devem informar a existência de empresas de cônjuges ou parentes de até o terceiro grau, na mesma área de atuação, em contratos com o poder público". Portanto, questiono: por qual motivo o governo do estado suprimiu essa obrigação, quando faz uma propaganda de maior compliance? Então eu quero, neste primeiro momento, votar favorável em primeira discussão, para que possa fazer melhor avaliação em segunda discussão. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Vota sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto? Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares? Como vota o deputado Renato Câmara?



DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka? Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp (PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 242/2023. Autor: deputado Junior Mochi. "Dá ao estado de Mato Grosso do Sul o cognome de Estado do Pantanal". É aquela questão de constar o nome "Estado do Pantanal". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado João César Mattogrosso. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 242/2023, de autoria do deputado Junior Mochi.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Declaração de voto da deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu gostaria de parabenizar o deputado Junior Mochi pela iniciativa de trazer esse debate aqui para a Assembleia Legislativa há alguns meses. O meu voto é sim e, mais do que isso, deputado, acho que nós temos que pensar seriamente em mudar o nome do estado também, pois teremos um grande ganho político, de identidade cultural e de divulgação para o estado de Mato Grosso do Sul, para o Brasil e para o contexto internacional também. Parabéns! Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Primeiro, quero agradecer pela manifestação favorável de todos aqueles que já votaram e dizer da importância para nós dessa matéria. Eu já fiz uma reunião com as federações e com o Sebrae, pedindo apoio. Nós reconhecemos que o próprio texto constitucional, nossa Constituição, é de 5 de outubro de 1988, bem posterior à criação de Mato Grosso do Sul. Lá trata-se do Pantanal mato-grossense. Então, nós temos dois terços desse território, desse bioma que hoje é os olhos do mundo. Hoje nós temos dois grandes biomas discutidos em nível internacional, que são a Amazônia e o Pantanal, este que tem dois terços dentro do nosso território. O Pantanal é nosso, é de Mato Grosso do Sul. O objetivo da proposta não é alterar o nome do estado, mas "linkar", utilizar o Pantanal como uma grife poderosa no sentido da atração de turistas, da preservação, da questão ambiental, da questão cultural e do resgate da preservação das tradições do homem pantaneiro. Foi nesse sentido que nós apresentamos o projeto, e quero agradecer a todos os

parlamentares, aqueles que já antecipadamente manifestaram o apoio. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Senhor presidente, como é a primeira discussão, sobre a questão de constitucionalidade, vou votar sim, sem compromisso de mérito, pois tenho alguns questionamentos com relação a esse cognome. Particularmente, sou contra a mudança de nome do estado para Estado do Pantanal. Como bem observado pelo deputado Junior Mochi, esse caso não se trata de uma mudança de nome do estado, mas precisamos saber se não vamos "linkar" muito isso, pois já existe uma confusão danada. Na semana passada eu estava na Unale discutindo com um deputado do Mato Grosso, e disse a ele: 75% do Pantanal está em Mato Grosso do Sul e não em Mato Grosso, mas vocês vendem isso tão bem que nós perdemos toda essa parte turística. Acredito que Mato Grosso do Sul precisa realmente se divulgar e se colocar mais no cenário, pois não existe tanta divulgação fora daqui. Esses dias, participei de uma conferência da Unale em Salvador, na Bahia, e um estado que não precisa se divulgar, que é São Paulo, estava lá participando do evento com um grande vídeo, mostrando o que São Paulo tem a oferecer. Mas nós, de Mato Grosso do Sul, que temos muitas coisas para vender, não sabemos nos promover para outros estados; esse é o grande problema que precisamos resolver. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Senhor presidente, eu já vivi isso aqui na Assembleia. Quando o deputado Zeca do PT era governador, insistiu muito nisso, e quando inaugurava obras colocou placas com os dizeres: "Mato Grosso do Sul, Estado do Pantanal", mas isso não pegou. Mas realmente é necessária uma campanha em favor do estado de Mato Grosso do Sul. Em primeiro lugar, devemos evitar esses vexames de autoridades virem aqui chamar este estado de "Mato Grosso". Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Parabeno o deputado Junior Mochi. Voto sim. Acredito que devemos trazer essa discussão para a Casa, para que possamos definitivamente adotar o nome do Pantanal para o estado de Mato Grosso do Sul.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Declaração de voto do deputado Neno Razuk.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Senhor presidente, eu concordo com tudo que o deputado Lidio Lopes falou. Tenho muito orgulho de ser sul-mato-grossense; no entanto, não me considero pantaneiro. Acredito que apenas o deputado Zeca do PT é o único pantaneiro desta Casa. Eu preferiria propor uma mudança do nome do deputado João César Mattogrosso para [João César] Mato Grosso do Sul, em vez de alterar o nome do nosso estado. Portanto, meu voto é não, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Declaração de voto, senhor presidente. Primeiramente quero dizer que é um assunto muito sério, e gostaria de parabenizar o deputado Junior Mochi pela clareza. Assim como a cidade do Rio de Janeiro é chamada de "Cidade Maravilhosa", estamos votando hoje para que o estado de Mato Grosso do Sul seja conhecido como Estado do Pantanal. É crucial que saibamos exatamente o que estamos votando, portanto, concordo com o deputado Neno Razuk e proponho uma abordagem diferente: a mudança para "João César do Pantanal". Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, estamos votando sobre o cognome de Mato Grosso do Sul, mas acredito que já passou da hora de discutirmos a mudança do nome do estado. Ou fazemos isso agora, ou continuaremos sendo chamados de "Mato Grosso" para sempre, por habitantes de outros estados e autoridades que vêm aqui e insistem em chamar este estado de "Mato Grosso". Vale lembrar que, se mudarmos o nome do estado, não seremos chamados de pantaneiros, mas sim de pantanenses. Pantaneiro é aquele que nasce no Pantanal, enquanto pantanense é quem nasce no Estado do Pantanal. Faço esse esclarecimento e também menciono que, com uma possível mudança de nome, a sigla não será PT, pois alguns já começaram uma campanha contrária. Particularmente eu acharia isso bem interessante; mas vai ser PN, eliminando esse receio da direita. Devemos enfrentar essa discussão com coragem e determinação, pois o estado de Mato Grosso do Sul ganhará muito sendo reconhecido mundialmente como Estado do Pantanal, por essa riqueza maravilhosa que temos e que precisamos preservar. Eu voto sim, presidente. Parabéns, deputado Junior Mochi.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto? Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor Presidente, quero cumprimentar o autor do projeto, o deputado Junior Mochi, e concordo plenamente com o que disse o deputado Pedro Kemp. Eu estou no quinto mandato e, desde o primeiro, falamos sobre esse tema. O deputado Zeca do PT, quando foi governador, até apoiou uma escola de samba do Rio de Janeiro para divulgar o nosso Pantanal, porque somos confundidos. Imagine, presidente, ser chamado publicamente por nomes como João ou José. Ninguém gosta disso. Eu já usei este microfone para dar o exemplo de uma pessoa que pagou uma passagem aérea e foi parar em Cuiabá, porque pediu uma passagem para a capital de Mato Grosso. Foi bom para ela poder aprender um pouco de geografia. As pessoas com mais de setenta anos têm justificativa, presidente; o que é inadmissível é alguém jovem, que está na faculdade, pois o nosso estado tem quarenta e cinco anos de criação, ainda chamar a gente de "Mato Grosso". Com todo respeito aos mato-grossenses, sou favorável. Se dependesse de mim, trabalharíamos para realmente mudar o nome do nosso estado, pois temos muito a ganhar em todos os sentidos. É o que tenho a dizer nesta justificativa. Sei que estamos votando a constitucionalidade, e meu voto é sim, já externando o mérito. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares? Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Declaração de voto. Primeiro, quero parabenizar o deputado Junior Mochi. Acredito que este é o primeiro passo para sensibilizar sobre o Pantanal, uma região conhecida mundialmente. No entanto, há várias nuances nesse tema. Quando propuseram a mudança do nome para Pantanal, enfrentamos questões. Primeiro, o turismo é um investimento; e precisamos investir em turismo, divulgação e esclarecimento, para mostrar por que Mato Grosso se destaca no Pantanal. Em segundo lugar, há a questão da identidade. Eu morei no Pantanal por três anos quando fiz o curso técnico agropecuário na Fundação Bradesco, e posso dizer que o pantaneiro tem características peculiares. Quem é do Paraná, do rio Ivinhema, não é considerado pantaneiro, pois o verdadeiro pantaneiro possui um modo específico de falar, de viver, enfim, são identidades diferentes. "Queremos que o estado ganhe mais com o nome Pantanal". OK, então, se vamos fazer isso, devemos investir mais em turismo e divulgação. O projeto do deputado Junior Mochi é crucial, pois abre a possibilidade de usar oficialmente o nome Mato Grosso do Sul, Estado do Pantanal. Essa é uma forma importante de divulgar o Pantanal, vinculado ao nosso Mato Grosso do Sul. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, eu sempre fui contra a mudança do nome do estado. A maior parte do Pantanal está em Mato Grosso do Sul, portanto Mato Grosso do Sul já é o Estado do Pantanal. Então eu pergunto a Vossa Excelência: quando dividimos o estado, discutimos algo que existe em todo o Brasil: temos Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte. O erro foi, no dia da divisão, não

ter colocado o nome de Mato Grosso do Norte. Isso não vai funcionar, porque estamos debatendo Mato Grosso do Sul, Estado do Pantanal, que é algo que já está aqui. O que falta é divulgação, na minha visão. Podia ser assim: "Onde tem um Bioparque aqui no Brasil?" Só aqui." Então, podia ser assim: Mato Grosso do Sul, "Estado de Bonito", porque lá tem uma grande riqueza turística; ou então: Mato Grosso do Sul, "Estado do Bioparque", ainda melhor. Mas em consideração ao meu amigo Junior Mochi, eu vou votar sim. Só que, na minha visão, isso não vai pegar, pois toda vez que alguém vem aqui e diz "Mato Grosso", não existe sequer um sul-mato-grossense que não corrija na hora: "do Sul". Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Vou justificar meu voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para justificar o voto, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor Presidente, este tema merece um debate mais aprofundado e, para isso precisamos nos reportar a algo chamado historiografia, que nada mais é do que o registro do processo histórico de um determinado momento ou assunto. Pois bem, nos remetendo à historiografia, é preciso registrar que Mato Grosso do Sul foi criado em 11 de outubro de 1977. Meu querido deputado Londres Machado, Vossa Excelência é testemunha ocular desse fato. Após uma luta centenária em que o grande argumento das elites do sul de Mato Grosso era dividir o antigo e grande Mato Grosso; porque o norte, pobre, se apropriava de parte das riquezas do sul, rico. Então, atendendo a esse clamor de cem anos, o então presidente do regime militar, Ernesto Geisel, fez a divisão, criando Mato Grosso do Sul. Mato Grosso do Sul foi implantado em 1º de janeiro de 1979, praticamente dois anos depois da divisão. Durante esse período, a elite deste estado poderia ter avocado uma nova denominação que não trouxesse tanta confusão, como até hoje persiste, quarenta e cinco anos depois. O problema é que as elites que se digladiavam pelo poder em Mato Grosso do Sul, não estavam interessadas em evitar confusões e em nos deixar sem identidade. Não importaria se fosse estado do Pantanal, de Maracaju, de Campo Grande, de Eldorado, enfim, de qualquer coisa, desde que nos dessem uma identidade clara. Como não se preocuparam, visto que só tinham uma preocupação: o poder pelo poder, então ficou Mato Grosso lá e Mato Grosso do Sul aqui. Eles ficaram com o patrimônio histórico e cultural e com o nome de Mato Grosso, e nós somos um acréscimo, um pedaço; e aí a confusão permanece. Faço esse relato histórico breve, senhor presidente, porque o deputado Londres Machado, que é nosso professor, mencionou o desgaste que sofri quando propus a mudança de nome. A iniciativa do deputado Junior Mochi é legítima, justa e louvável, mas é apenas o começo. Acredito que esta Casa deve assumir o desafio de propor um grande debate e, posteriormente, um plebiscito, apresentando opções, mesmo que não seja apenas "Pantanal". Para mim isso é fundamental para que quarenta e cinco anos depois possamos recuperar nossa identidade; e estamos apenas começando. Portanto, parabéns a esse colega querido,



amigo e parceiro, deputado Junior Mochi. Meu voto é absolutamente convencido de que esta Casa está fazendo história. Voto sim, senhor Presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Pela ordem, senhor presidente. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e um contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Eu gostaria de registrar e agradecer a presença do senhor Luís Gustavo Neira, vereador do município de Aparecida do Taboado, e do senhor Antônio Zuza, vereador do município de Itaquiraí. Deputado Junior Mochi, sou entusiasta desse debate, e quero comunicar aos colegas deputados que no dia 31 de outubro, em comemoração ao aniversário de Mato Grosso do Sul, faremos a entrega do Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense e da Medalha de Mérito Legislativo no Palácio Popular da Cultura, com o tema Pantanal e o cognome Mato Grosso do Sul, "Estado do Pantanal". Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 247/2023. Autor: Poder Judiciário. "Altera a Lei nº 1.511, de 5 de julho de 1994 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do estado de Mato Grosso do Sul, e a Lei nº 3.310, de 14 de dezembro de 2006 - Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 247/2023, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso? Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?



DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto? Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como votam os deputados Rafael Tavares e Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Hoje é o dia do cognome. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 251/2023. Autor: deputado Marcio Fernandes. "Confere ao município de Campo Grande o cognome de Capital do Agro". Com a palavra, pela ordem, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, eu gostaria de pedir vista desse projeto, que para mim é nova essa discussão. Eu preciso analisá-lo melhor.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vista concedida, deputada. Item 6. Em discussão única e votação simbólica.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp. Eu gostaria de agradecer e registrar a presença do senhor Rogério Ror, vereador do município de São Gabriel do Oeste. Obrigado pela presença.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu gostaria que fosse registrado meu voto contrário no Requerimento nº 02, protocolo nº 046777, e também na Moção de Apoio nº 05, Protocolo nº 04671.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu também gostaria que ficasse registrado meu voto contrário ao item 1, moção de apoio, e ao item 5, moção de congratulação. O item 1, nº 4.661/2023, e o item 5, nº 4.671/2023.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O item nº 1 e o item nº 5, registrados os votos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente. Quero fazer uma questão de ordem, para que possamos tomar isso como posicionamento a partir da decisão de Vossa Excelência sobre essa questão regimental. A meu ver, naquilo que tive conhecimento e ao me debruçar sobre o Regimento Interno, é necessário pedir sempre o destaque para votar individualmente a moção quando ela está em bloco. Está correto, senhor presidente? A declaração de voto sobre um requerimento específico parece ser antirregimental. Não se pode declarar voto especificamente a uma proposição quando ela está em bloco. Então, ou pede-se o destaque, ou então os votos da deputada Gleice Jane e do deputado Pedro Kemp serão contra toda a matéria que está em bloco. Eu só queria consultar Vossa Excelência para saber se é possível votar individualmente quando está em bloco, porque é como se não estivéssemos considerando isso.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, respondendo à sua questão de ordem. Quando há o pedido de destaque, ele será votado nominalmente, e todos os deputados votarão. Quando é colocado em votação em bloco, um ou dois deputados podem registrar e manifestar-se contrários. Quando manifestam o voto antes, não há impedimento algum. Por exemplo, tal requerimento eu sou contra, e o resto eu voto em bloco. Eu não posso, por causa de um voto, fazer todo o Plenário passar por uma votação e fazer um destaque se há o registro de um voto. O deputado não pediu destaque; o registro do voto dele está feito, e nós não vamos atrapalhar o andamento da Sessão. Este é o entendimento da Casa neste momento.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — É regimental a declaração individualizada, mesmo quando está em bloco?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Sim, é regimental. Não há impedimento, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Em qual artigo do Regimento Interno? Eu gostaria de conhecê-lo.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — As questões que não estão previstas no Regimento são decididas pela Presidência, deputado. Regimentalmente está entendido.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu tenho um entendimento diverso, mas compreendo a posição de Vossa Excelência.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Se desejar, deputado, pode questionar com base no artigo do Regimento, e será analisado. Item 6. Em discussão única e votação simbólica.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Lamento profundamente o voto contrário dos dois deputados do PT, pois eles sempre vociferaram contra os ditos atos antidemocráticos. E houve um deputado nesta Casa que, ao meu ver, cometeu um ato antidemocrático.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Preciso discutir agora.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Nós estamos aqui para apoiar as forças de segurança, senhor presidente. Então, lamento profundamente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado. Então registramos os votos contrários dos deputados. Temos dois requerimentos, vinte e nove indicações, uma moção de apoio e seis moções de congratulação. Como há destaque

e já houve discussão, então continua em discussão. O deputado Pedro Kemp pediu a palavra.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Quero me somar aos meus dois nobres colegas de bancada e também votar contrariamente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado o voto, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu não pretendia discutir, mas acho que fui provocado, então tenho que esclarecer por que não votei a favor dessas duas proposições. Se fosse apenas uma moção de apoio ao trabalho da Polícia Militar, eu votaria com a maior satisfação. No entanto, na proposta do deputado Coronel David e do deputado Rafael Tavares há uma referência aos manifestantes do Grito dos Excluídos, como se fossem invasores, vândalos ou agressores de autoridades. Isso não é aceitável! Quando o deputado Zeca do PT era governador do estado, quero lembrar que ele ficava no palanque das autoridades no desfile de 7 de Setembro até que o último manifestante do Grito dos Excluídos passasse. Ele assistia ao desfile militar e ficava lá para prestigiar esse movimento social. Aliás, eu gostaria de lembrar que, na época, o prefeito de Campo Grande era André Puccinelli, que é archi-inimigo do deputado Zeca do PT. Os dois ficavam juntos no palanque, como governador e prefeito, assistindo à manifestação dos movimentos sociais. O que não dá para aceitar, deputado Coronel David, é compararem uma manifestação democrática, legítima, pacífica e tranquila — dos movimentos sociais que reivindicam direitos sociais, comida na mesa dos brasileiros, saúde de qualidade, educação, reforma agrária e direitos humanos — com as manifestações golpistas e antidemocráticas que aconteceram no ano passado. Aliás, eu publiquei um texto do deputado Coronel David, e eu gostaria que Vossa Excelência lesse quando tivesse oportunidade, comparando a reação da Polícia Militar com relação aos manifestantes do Grito dos Excluídos, com a reação perante os atos golpistas e antidemocráticos no ano passado. Os manifestantes contrários à democracia, que pediam ditadura militar e intervenção militar constitucional (que não existe) estavam acampados na frente do CMO. A polícia passava lá e fazia assim: "Beleza! É isso aí!". Agora, quando os pobres, os excluídos, os sem-terra, os índios fazem uma manifestação pacífica com cartazes na mão, pedindo comida na mesa, trabalho e salário decente, são tratados de maneira truculenta. Eu participei, deputado Coronel David, dos vinte e nove desfiles do Gritos dos Excluídos, desde que esse movimento foi criado pela Igreja Católica. A Igreja Católica, através da CNBB, instituiu o Grito dos Excluídos para fazer um contraponto ao Grito do Ipiranga.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Permite-me um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu queria dizer que o Brasil só será verdadeiramente independente, soberano e democrático quando todos os brasileiros

estiverem vivendo com dignidade. Hoje temos trinta e três milhões de pessoas passando fome, somos o terceiro país mais desigual do mundo. Estamos entre as dez maiores economias, entretanto somos um país desigual. Essa é a denúncia do Grito dos Excluídos; ali só tinha donas de casa, crianças, adolescentes e jovens; e precisavam daquela cavalaria? Havia uma barreira que eu nunca vi. Eu participei de todos os Gritos dos Excluídos, e eu queria saber quem deu a ordem para toda aquela truculência ali na esquina da Afonso Pena. Foi o comandante-geral? Foi o governador Eduardo Riedel? Eu queria saber, porque acho que foi uma medida desnecessária e descabida. A dona Adriane, quilombola, foi jogada com truculência no chão, e poderia ter quebrado um braço ou uma perna.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Tempo para concluir, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu não queria discutir o seu requerimento, e ia votar contra, quietinho. Mas comparar uma manifestação democrática... A Constituição brasileira permite manifestações legais por direitos sociais, porém, muitas manifestações antidemocráticas contra o Estado Democrático de Direito foram feitas no ano passado, inclusive fecharam estradas. Vossa Excelência sabia que a Polícia Rodoviária Federal, até um mês após as eleições, desobstruiu mil e quarenta estradas pelo Brasil afora? A leniência das autoridades com aqueles movimentos antidemocráticos era revoltante.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Para concluir. Tempos atrás, eu, o deputado Vander Loubet, o saudoso ex-deputado Amarildo Cruz e a vereadora Luiza Ribeiro dissemos ao governador Eduardo Riedel que não poderiam mais acontecer manifestações contra o Estado Democrático de Direito, mas, infelizmente, nada foi feito. Foi preciso o ministro Alexandre de Moraes intervir, após o 8 de Janeiro, depois daquela balbúrdia e vandalismo em Brasília, ordenar que desocupassem os quartéis com essas manifestações que pediam ditadura no Brasil. Então, não dá para comparar, deputado.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Permite-me um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não. Não dá para comparar.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Acabou o tempo.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Acabou. Não dá para comparar.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O deputado já usou o tempo de discussão.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Questão de ordem, deputado?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Questão de ordem. Fico realmente muito triste ao ouvir tudo que o deputado Pedro Kemp falou, porque ele destacou uma situação em que policiais militares estavam devidamente orientados e comprometidos a cumprir a ordem durante o desfile do 7 de Setembro, e fez referências nada elogiosas à atuação da Polícia Militar como um todo. É preciso que esta Casa reconheça o grande trabalho que é feito pela Polícia Militar aqui no estado. Nenhum incidente que possa ter acontecido pode, de alguma forma, fazer com que o deputado Pedro Kemp faça tal acusação contra nossa instituição. Isso eu não aceito! Vossa Excelência tem que cumprir e assinar embaixo o que falou lá em cima. Vossa Excelência não tratou a instituição da Polícia Militar da forma como deve ser tratada. A PM merece respeito, deputado. O senhor não respeitou nem no 7 de Setembro nem aqui. Respeite a Polícia Militar!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vou abrir palavra por questão de ordem.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, o deputado Coronel David está faltando com a verdade. Em nenhum momento eu desrespeitei a instituição Polícia Militar. Falei aqui que não concordo com a ordem que foi dada para reprimir o movimento democrático. De quem partiu essa ordem? Até hoje ninguém me respondeu. Diante dos policiais na manifestação, perguntei quem estava impedindo nossa passagem, mas ninguém me respondeu até agora. Foi o governador? Eu quero saber. Foi o comandante-geral? Eu quero saber, para manifestar meu repúdio. Em nenhum momento, falei contra a instituição Polícia Militar. Eles mesmos falaram para mim que estavam cumprindo ordens. Então, estou questionando para saber que deu a ordem. Não venha o senhor colocar na minha boca palavras dizendo que desrespeitei a instituição Polícia Militar. Pegue meu vídeo lá.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não venha distorcer as coisas aqui. E não posso votar uma moção de congratulação dos dois deputados que insinua que nós éramos um bando de vândalos. Não! Eram pais de família, jovens, pessoas responsáveis, trabalhadoras, que estavam pedindo comida na mesa de todos os brasileiros. Era isso. O senhor é contrário a essa manifestação? Não é. E eu não sou contrário à polícia, deputado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Conclua, por favor.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Presidente, questão de ordem. Estamos votando duas moções.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não. Estamos votando dois requerimentos, vinte e nove indicações, uma moção de apoio e seis moções de congratulação; e houve um pedido.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Mas a discussão é sobre as moções.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Sim, é sobre as duas moções; foi a discussão dos dois.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Temos um deputado autor ausente, e eu só queria que tirassem da Ordem do Dia, como é de costume, quando há a ausência do propositor.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Assistir a essas discussões, senhor presidente, me entristece. Fala-se muito no 8 de Janeiro, ato antidemocrático, enfim... Há muitas pessoas, inclusive uma mulher que faz bolos, que está presa há seis meses. Ela vendia bolachas para sobreviver. Aí eu pergunto a Vossa Excelência: quem era "GDias"? A quem ele pertencia? Ele podia dar água, tratar bem as pessoas, comandando do lugar dele no governo federal? Agora, quantos aos excluídos, eu falei para o meu amigo Zeca do PT: é um momento ímpar desta discussão. Hoje nós temos um presidente "pai dos pobres". Temos trinta milhões de pessoas passando necessidade e fome. (Ele falou que morreram setecentas mil pessoas na pandemia; e eu também posso errar). Então, eu digo a Vossa Excelência: quem sabe, no próximo ano, essas trinta milhões de pessoas que estão passando fome neste país, que é o que mais produz alimento no mundo, sejam atendidas pelo nosso presidente, meu amigo querido Luís Inácio Lula da Silva, e que ele tenha um desfile de paz e que não haja mais ninguém passando fome aqui e no país inteiro. Muito obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Se Deus quiser, deputado Zé Teixeira.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu gostaria de falar sobre o projeto. Primeiro, precisamos entender...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputada, estamos na fase de votação dos requerimentos. Se for outro assunto, peço que a senhora deixe para depois.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — É sobre o requerimento.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — É o requerimento?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Isso. É sobre o requerimento que vamos discutir. Precisamos compreender o que são policiais, o que são trabalhadores, o que é a instituição PM, quem é que dá as ordens e onde está o equívoco, que é o que o deputado Pedro Kemp está apresentando aqui. Portanto, precisamos entender essa separação. Os requerimentos em questão estão se voltando contra os manifestantes,

peças que estão exercendo o seu direito de reivindicar mais direitos para a população. Então, acho que o que estamos discutindo aqui não é sobre a polícia ou os policiais; não era para ser sobre isso. O que estamos discutindo aqui é que o requerimento fala sobre manifestantes e manifestações da população. Eu também participo do Grito dos Excluídos em Dourados, não há vinte e nove anos como o deputado Pedro Kemp, porque acredito que sou um pouco mais jovem que ele; mas há mais de vinte anos participo da organização e também estou nas ruas com o Grito dos Excluídos; e eu também nunca vi isso, portanto, este ano me chamou a atenção e me surpreendeu. Em Dourados, participamos do Grito dos Excluídos, e o prefeito não participou, nem ouviu; colocou som alto, mas não houve esse nível de truculência. Então, acho que precisamos nos manifestar contra esse requerimento, justamente porque ele está se opondo às manifestações democráticas. Na minha opinião, o requerimento é antidemocrático. É isso. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação. Dois requerimentos, vinte e nove indicações e uma moção. Registrado o voto contrário da bancada do PT. Quanto à moção, vou ler como será redigida: "Moção de apoio à Polícia Militar do estado de Mato Grosso do Sul, representada pelo comandante". Então, é uma moção de apoio, e assim está redigida, deputado. Registrados os três votos contrários. Estão aprovados. Somente os dois requerimentos têm três votos contrários. Vão ao Expediente. Item 7. Moções de pesar. Moção de pesar, proposta pelo deputado Coronel David, e transformada pela Casa, em razão do falecimento do senhor Tomaz José. Moção de pesar, proposta pelo deputado Lucas de Lima, em razão do falecimento do senhor Jefferson Francisco de Oliveira. Moção de pesar, proposta pelo deputado Lucas de Lima, em razão do falecimento do senhor Ednei Arruda Soares. Moção de pesar, proposta pelo deputado Gerson Claro, em razão do falecimento do senhor Deoclécio Pereira de Souza. Moção de pesar, proposta pelo deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento do senhor Jairo Roberto Mina. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Não havendo mais oradores inscritos nas Explicações Pessoais, e nada mais havendo a tratar, esta Presidência agradece a participação de todos, lembrando que hoje à tarde, às 17h30min, no saguão, haverá o lançamento da corrida; e amanhã haverá o teste do sistema aqui no Plenário. A presente Sessão está encerrada. Obrigado a todos (11h46min).